



DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Lei Nº 9926/2009

EDIÇÃO Nº 1.949 / ANO VIII / 06 PÁGINAS

PONTA GROSSA, QUARTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2016

Jornalista responsável: ANA CLÁUDIA GAMBASSI

Identificação profissional: MTB/PR 2530

SUMÁRIO

ATOS DO PODER EXECUTIVO ADMINISTRAÇÃO DIRETA

- LICITAÇÕES 1
- DIVERSOS 3

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

- CÂMARA MUNICIPAL 6

LICITAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA Estado do PARANÁ Exercício: 2016							
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 165/2016							
DATA: 20/12/2016	PROTOCOLO: 2940402 / 2016						
PROCESSO: 678							
CONTRATANTE							
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA							
CONTRATADO(A)							
Fornecedor: ELISEU SCHEFER & CIA LTDA							
CNPJ: 02.444.351/0001-17	Insc. Estadual:						
Endereço: AV. DR. VICENTE MACHADO - L. OIA 02, 949							
Bairro: CENTRO	Cidade: PONTA GROSSA -						
Telefone:	CEP:						
OBJETO							
AQUISIÇÃO DE 01 (UM) SWITCH D LINK 24 PORTAS 10/100 DES - 1024 DZ, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA - SMCSP.							
JUSTIFICATIVA							
ARTIGO 24, II DA LEI 8666/93.							
DESPESA							
Programática	Fonte	Descrição					
3200514125008512704490520000	13	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					
ITEM(S)							
Lot	Orde	Item	Descrição	Unidade	Qtde.	V. Unitário	V. Total
1	1	54726	Switch 24 portas	UND	1,00	315,00	315,00
Total:							315,00
EMBASAMENTO LEGAL							
Artigo 24, da Lei Federal nº 8666/93 de 21 de junho de 1993, conforme parecer jurídico							
ARY FERNANDO GUIMARÃES LOVATO Secretário Municipal de Cidadania e Segurança Públ							

RESULTADO DO PREGÃO Nº 392/2016

OBJETO: Aquisição de veículo tipo Van

Licitação Deserta

Pregoeira: Eliana Delezuk Inglez

Mais informações no Departamento de Compras da PMPG.

Resultado do Pregão nº 364/2016 – Processo nº 632/2016 – para Aquisição de Genéros Alimentícios BASICOS destinados a suprir as necessidades das Escolas Municipais e Entidades Educacionais Filantrópicas Conveniadas constante no censo escolar 2015 clientela 2016 para o ano letivo de 2016 realizado em 25/11/2016, nada havendo irregular, HOMOLOGO o resultado do procedimento, **ADJUDICANDO** o objeto da licitação para a(s) empresa(s) a seguir classificada(s):

FORNECEDOR: A G ROSSATO - DISTRIBUIDORA - ME - CNPJ: 22.499.940/0001-00

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
18	1	SAL DE COZINHA REFINADO – IODADO COM ANTIUMECTANTE Fardos com pacotes de 1 kg Validade mínima de 12 meses e deverá ter no ato da entrega um mínimo de 90% de sua validade.	POP	KG	1485	0,65	965,25

21	1	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL enriquecida c/ ferro e ácido fólico. Embalagem de papel ou filme flexível de polipropileno transparente pacote de 1 kg. No rótulo impresso deve constar no mínimo: a denominação do produto, data de fabricação, data de validade, lista de ingredientes, informação nutricional e procedência. Mínimo de 4 meses e deverá ter no ato da entrega um mínimo de 90% de sua validade.	VITORIOSA	KG	990	1,66	1.643,40
27	1	COCO RALADO ÚMIDO ADOÇADO. Não poderá apresentar cheiro alterado ou rançoso, com aspectos de fragmentos soltos e de cor branca. No rótulo impresso deve constar no mínimo: a denominação do produto, data de fabricação, data de validade, lista de ingredientes, informação nutricional e procedência. Embalagem: sachê de até 100 gramas. Validade mínima de 12 meses e deverá ter no ato da entrega um mínimo de 90 % de sua validade.	D MILLE	KG	290	14,99	4.347,10
Valor Total do Fornecedor: R\$ 6.955,75 (seis mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e setenta e cinco centavos).							
FORNECEDOR: COMERCIAL MAB ALIMENTOS EIRELI - ME - CNPJ: 11.412.547/0001-10							
Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
3	1	ARROZ BRANCO - TIPO - 1 LONGO FINO – POLIDO (Com laudo de classificação, desvinculado da nota fiscal) Fardos com pacotes de 1,0 Kg Validade mínima de 12 meses e deverá ter no ato da entrega um mínimo de 90% de sua validade	SABOR SUL	PCT	2300	2,38	5.474,00
4	1	ARROZ PARBOILIZADO - TIPO - 1 LONGO FINO (Com laudo de classificação, desvinculado da nota fiscal) Fardos com pacotes de 5,0 Kg Validade mínima de 12 meses e deverá ter no ato da entrega um mínimo de 90% de sua validade.	SABOR SUL	PCT	15040	2,35	35.344,00
9	1	FARINHA DE MANDIOCA TORRADA Fardos c/ pct de 1 kg. Validade mínima de 12 meses e deverá ter no ato da entrega um mínimo de 90% de sua validade.	VASCAINA	KG	2040	2,98	6.079,20
10	1	FARINHA DE MILHO AMARELA Fardos com pacotes de 1 kg Validade mínima de 08 meses e deverá ter no ato da entrega um mínimo de 90% de sua validade.	DOM PEDRO	KG	3220	2,4	7.728,00
12	1	FUBÁ MIMOSO DE MILHO AMARELO – 1ª LINHA Fardos com pacotes de 1 kg Validade mínima de 06 meses e deverá ter no ato da entrega um mínimo de 90% de sua validade	SILOTI	KG	4100	1,4	5.740,00
16	1	OLEO DE SOJA REFINADO Caixas com frascos Pet de 900 ml Validade mínima de 12 meses e deverá ter no ato da entrega um mínimo de 90% de sua validade.	COCA-MAR	UND	8254	3,3	27.238,20

17	1	QUIRERINHA DE MILHO AMARELA - 1ª LINHA Fardos com pacotes de 1 kg Validade mínima de 6 meses e deverá ter no ato da entrega um mínimo de 90% de sua validade.	SILOTI	KG	3750	1,4	5.250,00
25	1	BISCOITO DOCE ROSQUINHA DE CHOCOLATE – textura crocante sabor e odor característico – isento de gorduras trans. Caixas de papelão com embalagem primária de até 400 gramas. No rótulo impresso deve constar no mínimo: a denominação do produto, data de fabricação, data de validade, lista de ingredientes, informação nutricional e procedência. Validade mínima de 10 meses e deverá ter no ato da entrega um mínimo de 90 % de sua validade.	TO-DES-CHINI	KG	920	6,9	6.348,00
26	1	BISCOITO MAISENA, TEXTURA CROCANTE SABOR E ODOR CARACTERÍSTICOS - ISENTOS DE GORDURAS TRANS Caixas de papelão com embalagem primária atóxica de até 400 gramas, embalados de acordo com a legislação em vigor. Validade mínima de 10 meses, no ato da entrega um mínimo de 90 % de sua validade.	DIANA	KG	922	6,15	5.670,30
Valor Total do Fornecedor: R\$ 104.871,70 (cento e quatro mil, oitocentos e setenta e um reais e setenta centavos).							
FORNECEDOR: JULIANTONI DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 02.590.424/0001-89							
Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
15	1	MILHO PARA CANJICA BRANCA Fardos com embalagem primária atóxica de até 500 gramas, embalados de acordo com a legislação em vigor. Validade mínima de 10 meses, no ato da entrega um mínimo de 90 % de sua validade.	RD	KG	2600	2,95	7.670,00
Valor Total do Fornecedor: R\$ 7.670,00 (sete mil, seiscentos e setenta reais).							
FORNECEDOR: LE COMERCIAL LTDA - CNPJ: 12.350.742/0001-26							
Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	1	AÇÚCAR REFINADO: Fardos com pacotes de 5,0 Kg Validade mínima de 12 meses e deverá ter no ato da entrega mínimo de 90% de sua validade.	CERTANO	KG	10360	2,7	27.972,00
6	1	CHA MATE TOSTADO Fardos com pacotes de até 1,0 quilo. Validade mínima de 12 meses e deverá ter no ato da entrega um mínimo de 90% de sua validade	MATINE	KG	540	7,67	4.141,80
11	1	FEIJÃO PRETO TIPO I - Umidade 15% - Isento de grãos ardidos, partidos ou mofados com laudo de classificação. Fardos com pacotes de 1 kg Validade mínima de 06 meses e deverá ter no ato da entrega um mínimo de 90% de sua validade.	MALU	KG	6610	5,38	35.561,80
Valor Total do Fornecedor: R\$ 67.675,60 (sessenta e sete mil, seiscentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos).							
FORNECEDOR: NUTRI HOUSE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 19.685.191/0001-09							
Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
2	1	ALHO TRITURADO Caixas de papelão com potes de até 500 g Validade mínima de 12 meses e deverá ter no ato da entrega um mínimo de 90% de sua validade	SS	KG	1725	12	20.700,00
19	1	TRIGO PARA QUIBE Fardos com pacotes de 500 grs Validade mínima de 6 meses e deverá ter no ato da entrega um mínimo de 90% de sua validade.	ELDORADO	KG	1000	2,99	2.990,00

22	1	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO ENRIQUECIDO COM VITAMINAS A E D Caixas de papelão com embalagens primárias aluminiada de até 500 gramas. Validade mínima de 12 meses e deverá ter no ato da entrega um mínimo de 90% de sua validade.	ROMANO	KG	3200	15,58	49.856,00
Valor Total do Fornecedor: R\$ 73.546,00 (setenta e três mil, quinhentos e quarenta e seis reais).							
FORNECEDOR: P2 INDUSTRIA E COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME - CNPJ: 23.040.430/0001-32							
Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
5	1	CEREAL MATINAL ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E MINERAIS – ESFERAS DE MILHO SABOR CHOCOLATE - Ingredientes: milho, açúcar, cacau em pó, manteiga de cacau, vitaminas e minerais: C, niacina, B1, B2, B6, B12, ácido pantotênico, ácido fólico, ferro e zinco. Ingredientes Caixas de papelão com embalagem primária de polietileno de baixa densidade atóxica, transparente, contendo 500 g à 2 Kg. Validade mínima de 12 meses, no ato da entrega um mínimo de 90 % de sua validade..	ALCA FOODS	KG	1800	6,5	11.700,00
7	1	DOCE DE FRUTAS CREMOSO SABOR MORANGO Caixas com pote de até 500 gramas, validade mínima de 12 meses	LORENZ	KG	1079,8	6,25	6.748,75
8	1	DOCE DE LEITE Caixas com potes até 500 gramas Validade mínima de 12 meses e deverá ter no ato da entrega um mínimo de 90% de sua validade.	XODÓ	KG	649,2	8,58	5.570,14
13	1	MACARRÃO ESPAGUETE SEM OVOS – 1ª LINHA Fardos com pacotes de 500 g Validade mínima de 12 meses e deverá ter no ato da entrega um mínimo de 90% de sua validade.	PAULISTA	KG	3810	3,45	13.144,50
14	1	MACARRÃO PARAFUSO SEM OVOS – 1ª LINHA Fardos com pacotes de 500 g Validade mínima de 12 meses e deverá ter no ato da entrega um mínimo de 90% de sua validade.	PAULISTA	KG	2000	3,45	6.900,00
20	1	DOCE DE FRUTAS CREMOSO SABOR UVA. Caixas com potes de até 500 gramas, validade mínima de 12 meses e deverá ter no ato da entrega um mínimo de 90 % de sua validade.	LORENZ	KG	240	6,4	1.536,00
Valor Total do Fornecedor: R\$ 45.599,39 (quarenta e cinco mil, quinhentos e noventa e nove reais e trinta e nove centavos).							
FORNECEDOR: R MARTINS PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - CNPJ: 09.638.676/0001-80							
Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
23	1	MACARRÃO PARAFUSO COM OVOS – 1ª LINHA Fardos com pacotes de 500 g Validade mínima de 12 meses e deverá ter no ato da entrega um mínimo de 90% de sua validade.	PRIMORI	KG	840	2,89	2.427,60
24	1	MACARRÃO SOPA ARGOLA COM OVOS – 1ª LINHA Fardos com pacotes de 500 g Validade mínima de 12 meses e deverá ter no ato da entrega um mínimo de 90% de sua validade.	PRIMORI	KG	300	3,03	909

Valor Total do Fornecedor: R\$ 3.336,60 (três mil, trezentos e trinta e seis reais e sessenta centavos).

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R\$ 309.655,04 (trezentos e nove mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e quatro centavos)
Ponta Grossa/PR, 21 de dezembro de 2016.
Pregoeira: Suzana Molina

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 363/2016

Pregão nº 363/2016 – Processo nº 622/2016 – para Aquisição de gêneros alimentícios LATICÍNIOS destinados a suprir as necessidades das Escolas Municipais e Entidades Educacionais Filantrópicas Conveniadas constantes no censo escolar 2015 clientela 2016 para o ano letivo de 2016. realizado em 18/11/2016:

FORNECEDOR: LE COMERCIAL LTDA - CNPJ: 12.350.742/0001-28

LOTE 1

Valor Total do Lote: 8.000,00 (oito mil reais).

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	MARGARINA VEGETAL isento de gordura trans. Caixa com pote de até 500 gramas Válida de mínima de 12 meses e deverá ter no ato da entrega um mínimo de 90% de sua validade.	CLAYBOM	KG	1000	R\$ 8,00	R\$ 8.000,00

LOTE 2

Valor Total do Lote: 9.840,00 (nove mil, oitocentos e quarenta reais).

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	REQUEIJÃO CREMOSO TRADICIONAL Contendo no mínimo: creme de leite, fermento lácteo e coalho. Isento de amido e de gordura vegetal. Embalagem em polipropileno atóxico de 200 a 250 gramas embaladas de acordo com os padrões exigidos por ANVISA (Agência de Vigilância Sanitária), registro no SIF, SIM, SIP. No rótulo impresso deve constar no mínimo: a denominação do produto, data de fabricação, data de validade, conservação, lista de ingredientes, informação nutricional e procedência. Mínimo de 03 meses e deverá ter no ato da entrega um mínimo de 90 % de sua validade.	LAC-TOBOM	KG	500	R\$ 19,68	R\$ 9.840,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R\$ 17.840,00 (dezesete mil, oitocentos e quarenta).

Ponta Grossa/PR, 21 de dezembro de 2016.

ESMERIA DE LOURDES SAVELI
Secretária Municipal de Educação

Resultado do Pregão Presencial nº 367/16.

Pregão nº 367/2016 – Processo nº 627/2016 – para Contratação de empresa para fornecimento e colocação de películas de proteção solar e segurança no Caps Transtorno Mental do Município de Ponta Grossa, realizado em 24/11/2016:

FORNECEDOR: W.A.M. LICITAÇÕES LTDA - ME - CNPJ: 20.973.477/0001-60

Valor Total do Fornecedor: 4.960,00 (quatro mil, novecentos e sessenta reais).

LOTE 1

Valor Total do Lote: 4.960,00 (quatro mil, novecentos e sessenta reais).

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA para "Fornecimento e colocação de películas de proteção solar e segurança espessas e com adesivos de alta aderência, fabricadas com alta tecnologia, que aumentem a resistência do vidro contra quebra e estilhaçamento, proteção de U.V 99% aplicação interna e externa, nos locais abaixo: * 03 portas externas de: 57x97,5cm / 57x75cm / 51x75cm; * 03 janelas de 120x103cm; * 01 porta interna de 166x120cm; * 03 janelas (área externa) de 62x175 cm / 65x121cm / 82x153cm; * 06 portas (área externa) de 220x198cm / 116x173cm / 228x198cm / 140x106cm / 328x165cm / 165x165cm"	SVÇ	1	R\$ 4.960,0000	R\$ 4.960,0000

MARIA CLAUDETE RODRIGUES WANDERLEY/PREGOEIRA

Resultado do Pregão Presencial nº 381/16.

Pregão nº 381/2016 – Processo nº 648/2016 – para Aquisição de ar condicionado para suprir as necessidades das Unidades de Saúde do Município de Ponta Grossa realizado em 07/12/2016:

ALOR TOTAL ADJUDICADO: FORNECEDOR: RODRIGUES DO AMARAL & AMARAL LTDA ME - CNPJ: 14.211.527/0001-70

Valor Total do Fornecedor: 77.500,00 (setenta e sete mil e quinhentos reais).

LOTE 1

Valor Total do Lote: 77.500,00 (setenta e sete mil e quinhentos reais).

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Aparelho de ar condicionado modelo Split, de parede, quente/frio, capacidade 18000 BTUs, 220v, controle remoto com função digital, display digital na evaporadora, função turbo, 4 modos de funcionamento: resfria, desumidifica, ventila e aquece. Ajuste na direção do fluxo de ar horizontal, indicador de temperatura, timer e funções selecionadas. Tripo sistema de filtragem para retirar até 90% das impurezas do ar. Classificação energética de consumo: A ou B. Itens inclusos: 1 evaporadora, 1 condensadora e 1 controle remoto. Manual de instruções em português e certificado de garantia de 1 ano.	SPRINGER MODELO 42 MAQA18S5 38KQA18S5	UND	6	R\$ 3.376,00	R\$ 20.256,00

2	Aparelho de ar condicionado modelo Split, de parede, quente/frio, capacidade 24000 BTUs, 220v, controle remoto com função digital, display digital na evaporadora, função turbo, 4 modos de funcionamento: resfria, desumidifica, ventila e aquece. Ajuste na direção do fluxo de ar horizontal, indicador de temperatura, timer e funções selecionadas. Tripo sistema de filtragem para retirar até 90% das impurezas do ar. Classificação energética de consumo: A ou B. Itens inclusos: 1 evaporadora, 1 condensadora e 1 controle remoto. Manual de instruções em português e certificado de garantia de 1 ano.	PHILCO MODELO PH24000QF PH24000FC	UND	2	R\$ 3.926,00	R\$ 7.852,00
3	Aparelho de ar condicionado modelo Split de parede, ar quente e frio, capacidade de 12000 BTUs, 200v. Controle remoto com display digital. Display na evaporadora. Função turbo, 4 modos de funcionamento: resfriar, desumidificar, ventilar e aquecer. Ajuste na direção do fluxo de ar horizontal. Indicador de temperatura, timer e funções selecionadas. Tripo sistema de filtragem para retirar até 90% das impurezas do ar. Classificação energética de consumo A ou B. Itens inclusos: 01 evaporadora, 01 condensadora e 01 controle remoto. Manual de instruções em português, certificado de garantia de 1 ano.	ELGIN MODELO HEF12B2NA HEFE12B-2NA	UND	18	R\$ 2.744,00	R\$ 49.392,00

VALOR TOTAL ADJUDICADO: R\$ 77.500,00 (setenta e sete mil e quinhentos reais)

MARIA CLAUDETE R. WANDELREY / PREGOEIRA

DIVERSOS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Ata nº 43, de 16/05/16 CMDPI

No dia dezesseis de maio de dois mil e dezesseis, às quatorze horas e quinze minutos, realizou-se reunião plenária ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, do município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, na Sala de Reuniões do CMDPI, sito a Rua Joaquim Nabuco nº 59, sob a convocação da Presidente Sra. Maria Iolanda de Oliveira. Fizeram-se presentes os seguintes conselheiros: **Conselheiros titulares governamentais:** Vanduir Arcoverde da Silva (Secretaria Municipal de Administração); Alfredo Mourão de Andrade (Fundação Municipal de Cultura); Maria de Fátima Fiebig (Fundação Municipal PROAMOR); Maria Iolanda de Oliveira (Universidade Estadual de Ponta Grossa); Rosane Aparecida dos Anjos (Instituto Nacional de Seguro Social INSS). **Conselheiros governamentais suplentes no exercício da titularidade:** Hyara Ferreira (Secretaria Municipal de Assistência Social) Leni Aparecida Viana da Rocha (Secretaria Municipal de Educação). **Conselheiros governamentais Suplentes:** Marlene Stelle (Fundação Municipal Proamor). **Conselheiros não governamentais titulares:** Armando Madalosso Vieira, Osni Cirino da Cunha e Luiz Carlos Pedrosa (Representantes de Instituições de Longa Permanência para Idosos); Maysa Nuemberg V. Costa (Representante dos Trabalhadores Registrados nos Conselhos de Classe); Marisa Pereira de Camargo, Gilberto Brunoski e Moisés Almeida (Representantes das Entidades não Governamentais que desenvolvem ações de proteção, promoção, defesa e atendimento à Pessoa Idosa). **Conselheiros não governamentais suplentes:** Luci Teixeira Biscaia (Representantes de Instituições de Longa Permanência para Idosos); Edna Gonçalves dos Santos e Lorenil Severino (Representantes das Entidades não Governamentais que desenvolvem ações de proteção, promoção, defesa e atendimento à Pessoa Idosa). Registramos as presenças: Lisete de Fátima Lack Nunes (Secretária Executiva). Justificadas as ausências de Dinalce Cândido Cordeiro, Renato de Souza Rodrigues, Dionício de Oliveira e Adriães Galdino da Silva Jr. **Abertura:** A Presidente Maria Iolanda iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e dando as boas vindas aos presentes e apresentou os assuntos que compõem a pauta: 1- Aprovação da Pauta; 2- Aprovação da Ata Abril/2016; 3- Relatório das Comissões e 4- Informes Gerais. A Presidente indagou se alguém tem algum assunto para inclusão na pauta, sem manifestações contrárias a pauta foi aprovada. Foi comentado que com relação a Resolução/CMDPI/Nº02/2016, que trata da regulamentação da documentação para inscrição e manutenção das inscrições no CMDPI terá início a partir de 24 de maio ficando estabelecido o prazo final de 22 de julho de 2016 para o envio da documentação. Na Resolução consta o modelo do requerimento a ser preenchido e a documentação a ser anexada, a qual foi reduzida na tentativa de deixar mais prático o processo de inscrição, lembrando que caberá à Comissão de Normas e Fiscalização fazer a análise da documentação e deferir ou não a inscrição das Entidades. Na sequência a Resolução/CMDPI/Nº02/2016 será publicada no Diário Oficial do Município para divulgação. No próximo assunto da pauta foi apresentado o relato da **Comissão de Comunicação:** Conselheiro Alfredo comunicou que a Comissão está discutindo a Campanha de Mobilização para o Envelhecimento e solicitou a formação de uma Comissão Especial para as providências necessárias. A Comissão Especial terá um caráter temporário e as principais atribuições serão a idealização, planejamento e execução da Campanha. Foi solicitado que a mesma seja composta de um membro de cada uma das três outras comissões. A presidente Maria Iolanda deu o encaminhamento necessário para a formação da Comissão Especial, ficando a mesma assim definida: Conselheiros: Alfredo Mourão de Andrade, Antonio Gerson de Lima, Dionício de Oliveira, Dinalce Cândido Cordeiro, Maria de Fátima J. Fiebig, Leni Aparecida Viana da Rocha, Regina Aparecida Rodrigues Semensati, Vanduir Arcoverde da Silva, Edna Gonçalves Santos e Armando Madalosso Vieira. Aprovada a composição da Comissão Especial da Campanha de Mobilização para o Envelhecimento com término das atividades previsto para abril de 2017, conforme Resolução CMDPI/nº 03/2016. A presidente Maria Iolanda chamou o relato da **Comissão de Políticas Públicas:** a conselheira Maysa relatou que a Comissão reuniu-se no dia dez do mês de maio e concentrou-se na documentação recebida das Instituições

ções como retorno das informações solicitadas sobre o atendimento à pessoa idosa: quantos idosos são atendidos, plano de trabalho, responsável pela entidade, etc. A solicitação foi enviada para aproximadamente quarenta Instituições e foi recebido até agora oito respostas, a tarefa de entrar em contato com as instituições para divulgar a importância do retorno dos dados solicitados foi dividida, então, será aguardado mais quinze dias, até vinte e quatro do mês de maio, data da próxima reunião da Comissão. Informado que a Comissão recebeu uma denúncia com relação ao pronto atendimento da UPA, demora do atendimento e falta de estrutura, encaminhamento: ofício para a Ouvidoria Municipal da Saúde e Conselho Municipal de Saúde, foram sugeridos alguns "melhoramentos", porque esta ação compete aos conselheiros. Dentro do mesmo assunto, será elaborado um documento formal avisando a denunciante dos caminhos para buscar a resposta da denúncia, a Comissão vai acompanhar, mas a responsabilidade é da Política de Saúde. A Comissão teve acesso a um ofício questionando os repasses dos convênios da Fundação Proamor para as Instituições de Acolhimento de Longa Permanência de Idosos (ILPIS), o Conselho Municipal de Assistência Social e a Secretaria de Assistência Social informaram que os repasses estão sendo realizados, a resposta foi oriunda da SMAS e Ministério Público. Presidente Maria Iolanda colocou que o CMDPI necessita construir uma representação (comissão) junto ao NASJEPPI para os encaminhamentos referentes à organização do "V" Colóquio sobre a Violência contra a Pessoa Idosa, que a princípio está marcado para vinte e nove do mês de junho. Na data de quinze de junho é o Dia Internacional de Sensibilização e Mobilização para o Enfrentamento a Violência Contra a Pessoa Idosa e está agendado o Auditório, o Núcleo já tem uma proposta de programação, o CMDPI está sendo parceiro em termos financeiros, desta forma faz-se necessário agilizar os encaminhamentos. Colocaram-se a disposição os seguintes conselheiros: Comissão de Normas e Fiscalização: conselheira Hyara, Comissão de Políticas Públicas: conselheira Marlene, Comissão de Orçamento e Fiscalização do Fundo: conselheiro Pedroso, Comissão de Comunicação: conselheira Leni. A presidente Maria Iolanda lembrou que todos os membros do CMDPI devem participar do processo de realização do Colóquio. **Relato da Comissão de Orçamento e Fiscalização do Fundo:** Conselheiro Armando informou que não foi discutido nenhum assunto especial na Comissão, somente informou a respeito do andamento dos processos de aquisição de equipamentos, alguns processos já estão com o ordenador de despesas e foram aprovados. O processo referente à aquisição de gêneros alimentícios e limpeza está com a Presidência para informações, quanto à aquisição do veículo o processo está para parecer jurídico. Sr. Armando comunicou o recebimento de um processo solicitando recursos financeiros para construção da Casa de Repouso Paulo de Tarso, o mesmo já tramitou pela UGT/SMAS e seguiu para o CMDPI para análise e providências. Esta verba é referente à emenda parlamentar de vereador, então, não é do orçamento do Fundo, mas do gabinete do vereador, o processo será devolvido para os devidos encaminhamentos. Quanto à adaptação dos veículos, alguns já estão prontos, como da Colmeia. O convênio da Casa de Repouso Paulo de Tarso .foi feito equivocadamente com data inferior aos demais, o convênio venceu, será providenciada a devolução do dinheiro e a adaptação será realizada com recursos próprios da Entidade. Quanto ao Asilo São Vicente de Paulo não há um posicionamento oficial. A presidente Maria Iolanda colocou que caberia comunicar a fiscal do convênio – Assistente Social Thaís, para a mesma solicitar informações sobre o andamento da execução do convênio junto ao Asilo São Vicente de Paulo. **Relato da Comissão de Normas e Fiscalização:** A Conselheira Marisa relatou que foi realizada a reunião da Comissão na data de treze de maio, foram analisadas quatro denúncias, a primeira será de encaminhamento conjunto com a Comissão de Políticas Públicas, quanto as outras três serão realizadas visitas e reuniões com as Instituições envolvidas para verificar a veracidade dos fatos. Foi sugerido na Comissão que as ILPIS firmem convênios com a política de saúde, o CMDPI estaria intermediando essa questão. A presidente Maria Iolanda colocou que essa intermediação é mais no sentido de prestar orientações em relação aos convênios que necessitam ser feitos, porque os convênios seriam discutidos no Conselho Municipal de Saúde e Secretaria de Saúde, neste caso, a atuação do CMDPI é no sentido de colocar sobre as dificuldades que as Entidades vêm enfrentando e ouvir esses órgãos. A presidente chamou os informes. Recebimento de ofício da Secretária Municipal de Saúde indicando os representantes para o CMDPI, titular: assistente social Regina Aparecida Rodrigues e suplente Eliane Fernandes, nesta reunião as conselheiras não estão presentes e não justificaram a ausência. Convide recebido da conselheira Rita de Cássia da Silva Oliveira, para a cerimônia de entrega do título de Mérito junto a Câmara Municipal. Comunicado as atividades relativas ao enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente que irão acontecer nesta semana, hoje ocorreu o lançamento de um livro. Quanto as comemorações relacionadas ao dia do assistente social, na quarta-feira haverá uma fala pela manhã na Universidade e a tarde haverá atividades no Parque Ambiental. A secretária executiva entregou uma pasta para cada conselheiro com a documentação do CMDPI para conhecimento dos conselheiros do calendário de reuniões, plano de trabalho, legislação que orienta a existência do CMDPI, informações sobre o CREAS, Pastoral da Pessoa Idosa, CREAS Central, Estatuto do Idoso, o objetivo é dar conhecimento a todos em relação ao trabalho. **Encerramento:** Finalizada a pauta e nada mais havendo a tratar, a Presidente Maria Iolanda de Oliveira agradeceu a presença dos Conselheiros e demais presentes e encerrou a reunião às quinze horas e quinze minutos. A presente Ata foi redigida pela secretária do CMDPI, que após lida e aprovada será assinado pelos Conselheiros e presentes nesta Reunião.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Ata nº 44, de 20/06/16 CMDPI

Aos vinte dias de junho de dois mil e dezesseis, às quatorze horas e quinze minutos, realizou-se reunião plenária ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, do município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, na Sala de Reuniões do CMDPI, sito a Rua Joaquim Nabuco nº 59, sob a convocação da Presidente Sra. Maria Iolanda de Oliveira. Fizeram-se presentes os seguintes conselheiros: Conselheiros titulares governamentais: Vanduíra Aroverde da Silva (Secretaria Municipal de Administração); Wanderley dos Santos (Fundação Municipal de Esportes) Alfredo Mourão de Andrade (Fundação Municipal de Cultura); Maria de Fátima Fiebig (Fundação Municipal PROAMOR); Maria Iolanda de Oliveira (Universidade Estadual de Ponta Grossa); Rosane Aparecida dos Anjos (Instituto Nacional de Seguro Social INSS). Conselheiros governamentais suplentes no exercício da titularidade: Hyara Ferreira (Secretaria Municipal de Assistência Social); Conselheiros Governamentais Suplentes: Marlene Stelle (Fundação Municipal Proamor). Conselheiros não governamentais titulares: Armando Madaloso Vieira, Osni Cirino da Cunha e Luiz Carlos Pedroso (Representantes de Instituições de Longa Permanência para Idosos); Renato de Souza Rodrigues (representante dos usuários); Adrianis Galdino da Silva Junior, Marisa Pereira de Camargo, Gilberto Brunoski e Moisés Almeida (Representantes das Entidades não Governamentais que desenvolvem ações de proteção, promoção, defesa e atendimento à Pessoa Idosa). Conselheiros não governamentais no exercício da titularidade: Vera Lucia dos Santos Pereira (Representante dos Trabalhadores Registrados nos Conselhos de Classe). Conselheiros não governamentais suplentes: Edna Gonçalves dos Santos, Rosemari de Paula Buss e Lorenli Severino (Representantes das Entidades não Governamentais que desenvolvem ações de proteção, promoção, defesa e atendimento à Pessoa Idosa). Registramos as presenças de: Lisete de Fátima Lack Nunes (Secretária Executiva) e Carla Salles Rosa (Coordenadora Técnica do CMDPI), e demais estagiários e ouvintes os quais constam na lista de presença. Justificadas as ausências de Thaís do Prado Dias Verillo, Dinalice Cândido Cordeiro, Leni Aparecida Viana da Rocha, Tânia de Oliveira Clock, Rita de Cássia da Silva Oliveira e Maysa Nuernberg V. Costa. Abertura: A Presidente Maria Iolanda iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e destacando a presença dos acadêmicos do curso de Serviço Social da UEPG e Unicesumar, do Sr. Luiz Carlos Gorchinski e representantes do Ministério Público. Na sequência foi realizada a apresentação da pauta: 1- Aprovação da Pauta; 2- aprovação da ata de maio/2016; 3- relato das Comissões; 4- Informes Gerais. O conselheiro Adrianis solicitou a inclusão na pauta da alteração do nome do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, pois ainda consta como Conselho Municipal dos Direitos do Idoso e priorizar a resposta à solicitação do Ministério Público de visita a uma casa clandestina. A pauta foi aprovada. A presidente Maria Iolanda colocou em aprovação a ata nº 43 de maio de 2016, a qual foi aprovada. Quanto as atas anteriores que estavam pendentes, o conselheiro Alfredo lembrou que as mesmas passaram pela análise da Comissão formada para este fim, as informações foram

recuperadas e as atas elaboradas pelos membros da comissão foram enviadas para apreciação, sendo então este momento somente para a assinatura das mesmas. 2- Relato das Comissões. **Comissão de Comunicação:** o conselheiro Alfredo colocou que a Comissão Especial de Mobilização para a Campanha do Envelhecimento está com os trabalhos adiantados. A campanha ocorrerá até abril do próximo ano, o teto máximo será de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais). O desenvolvimento da campanha vai ocorrer na mídia em TV, rádio, outdoor e ônibus (VCG), terá como temas: direitos, violência e qualidade de vida sendo mais tarde a proposta de desenvolver a Campanha no sentido de ressignificar os valores das pessoas idosas, realizando intervenção com crianças, adolescentes e adultos, inseridos em toda as redes de ensino. Ficou definida a contratação de uma agência de publicidade por meio de licitação. Na última reunião da Comissão esteve presente o Sr. Eduardo (Fundação de Cultura) para realizar algumas sugestões sobre a campanha, como: melhores horários no rádio e TV, melhores programas, etc. Mais a frente os temas que envolverão a Campanha serão mais amplamente discutidos no CMDPI. O conselheiro Alfredo colocou que está elaborando o projeto para aquisição de cartazes, felipetas e folders para suprir as necessidades do Conselho do Idoso e o processo de aquisição deste material é bastante moroso e burocrático. **Relato da Comissão de Políticas Públicas.** A conselheira Vanduíra relatou que a Comissão iniciou a análise das respostas do ofício sobre o trabalho executado com a pessoa idosa pelas várias instituições e órgãos existentes na cidade. Foi identificado que falta entendimento, por parte das entidades, sobre o que é específico no atendimento ao idoso, muitas respostas não correspondem à legislação vigente. A Comissão está aguardando as outras respostas e os conteúdos estão bem complexos. A conselheira Vanduíra comunicou que a reunião da Comissão, presidência e vice-presidência do CMDPI com a diretoria do Asilo São Vicente de Paulo, está agendada para dia 04 de julho. Nesta ocasião será realizada uma apresentação sobre o papel e as competências do Conselho até chegar ao objeto da reunião. No dia 05 de julho ocorrerá a reunião com o Promotor. **Relato da Comissão de Orçamento e Acompanhamento do Fundo:** O conselheiro Armando colocou que os móveis adquiridos para o CMDPI estão sendo entregues. A maior pendência é em relação ao veículo, o processo está tramitando a nove meses na Prefeitura. A Comissão está tentando dinamizar o processo, mas tem que ser cautelosa para não agravar mais a situação. A presidente Maria Iolanda questionou se a Prefeitura tem ciência que o recurso é de fonte vinculada. O conselheiro Adrianis lembrou que seria bastante eficaz se a Secretaria de Assistência Social tivesse um departamento de compras próprio, assim a SMAS ficaria livre dessa burocracia, completou dizendo que dentro da estrutura do SUAS já existe esta previsão. A presidente Maria Iolanda lembrou que o CMDPI deverá fazer o relatório de aplicação dos recursos para a Fundação Itaú. Foi solicitado para a secretária Lisete verificar os prazos para o envio dos relatórios para a Fundação Itaú. **Relato da Comissão de Normas e Fiscalização:** O conselheiro Adrianis relatou que foi recebida uma notificação do Ministério Público em 24 de maio, solicitando informações sobre uma casa de atendimento a idosos, localizada no Jardim Paraíso (Rua Antonio Malaquias Nº 37). Será necessário realizar uma visita técnica em conjunto com o Ministério Público e Vigilância Sanitária. Visita esta marcada para 29 de junho, às 09horas00min. A presidente Maria Iolanda iniciou os informes gerais comunicando que foi entregue cópia para os conselheiros da Resolução/ANVISA Nº 283/2005 a qual contém as normas para funcionamento das Instituições. Foi realizada a leitura do ofício nº 272/2016 do gabinete da Deputada Federal Leandre, o mesmo comunica que foi instituída a Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa na Câmara dos Deputados, cuja atribuição é apreciar e votar projetos de lei; realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil; convocar Ministros de Estado para prestar informações e esclarecimentos; receber petições, reclamações ou representações de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas; exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo. O ofício também coloca os contatos da Comissão. Na sequência, a presidente Maria Iolanda comunicou o recebimento de denúncia realizada pelo Sr. Luis Carlos Gorchinski, o qual estava presente e informou que a mesma foi encaminhada também para a Prefeitura, Autarquia de Trânsito e para a Fundação Proamor. O teor da denúncia faz referência aos abusos contra os idosos de 60 a 65 anos, obrigando-os a cadastrar-se no CadÚnico para liberação de passagens do transporte coletivo. Após a leitura, a presidente Maria Iolanda com a anuência dos demais conselheiros fez o encaminhamento da denúncia para as Comissões de Normas e Fiscalização e Políticas Públicas para estudo e análise. O denunciante comentou que esta determinação obriga os idosos a realizar um cadastro, dificultando o acesso dos idosos a um direito social. A conselheira Rosane realizou a leitura do Estatuto do Idoso no que tange a matéria: "Aos maiores de 65 anos fica assegurada a gratuidade nos transportes coletivos públicos. Inciso do art. 3º: aos idosos entre 60 e 65 anos ficará disposto na legislação local a gratuidade do serviço de transporte." A presidente Maria Iolanda questionou qual o critério está sendo usado no município para permitir a gratuidade. O conselheiro Adrianis colocou que se preocupa com a formalização da legislação porque nunca o CMDPI é consultado. A conselheira Maria de Fátima comunicou que no mês de janeiro chegou ao Departamento do Idoso a comunicação do Decreto Municipal Nº 10.740 de 18/11/2015 que regulamenta os benefícios tarifários da Lei Municipal Nº 7.018/2002. Nas disposições gerais, art. 31 está colocado que sempre que necessária a comprovação de renda, a mesma se fará mediante folha resumo do CadÚnico. A presidente Maria Iolanda falou que as Leis e Decretos que envolvem a Pessoa Idosa deverão ser discutidos no CMDPI, deve-se dar conhecimento ao Conselho, para que este dê conhecimento aos usuários. Como próximo informe foi discutida a alteração do nome deste Conselho. Originalmente o nome era Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, conforme Lei Municipal Nº 11.139/ de 04/10/2012 e atualmente a nomenclatura é Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. O conselheiro Adrianis propôs outras alterações na Lei Municipal, não somente a nomenclatura, como a alteração da eleição dos conselheiros para outro momento que não na Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, tendo em vista que a conferência como fórum de eleição "rouba" da conferência momentos preciosos de discussão. Outra questão seria o acúmulo de trabalho no período preparatório da conferência, pois são duas frentes de trabalho bem complicadas. Conselheiro Alfredo lembrou que este procedimento tem sido uma prática em várias áreas, porém sugeriu que seja facultada a realização da eleição dos conselheiros na conferência. A presidente Maria Iolanda esclareceu que a conferência é um espaço deliberativo e quanto maior número de pessoas tomar ciência do processo eletivo, se garante mais legitimidade e visibilidade. A conselheira Rosane ponderou a proposição lembrando a possibilidade de se abrir precedente para a apropriação do espaço do conselho, pelo poder público a fim de se fazer o que desejar. Segundo a conselheira a "Conferência nos mantém independente e firme na funcionalidade dos serviços". Após as argumentações o Conselheiro Adrianis retirou sua proposta. A Conselheira Vanduíra ressaltou que tem de haver mais participação dos Conselheiros nas Comissões porque se não os trabalhos ficam prejudicados. O conselheiro Alfredo ressaltou a questão de acesso: não podemos realizar reuniões em locais que tenham escadas, as comissões tem que ir pensando, buscando, identificando e organizando de uma forma mais correta. A Presidente Iolanda destacou que há necessidade uma questão de planejamento e organização do trabalho; regulamento, regimento já existe a partir disso as devidas alterações vai depender do nosso trabalho mais organizado abrindo essa discussão referente à participação. O conselheiro Sr. Armando fala como Representante e dirigente de Instituição de longa Permanência que protocolou na sexta-feira dia 17 de junho ao Ministério Público, junto ao Promotor, tanto pras Instituições de Longa Permanência, quantas para outras, a falta de repasse referente aos meses de março e abril de 2016, pois o poder público não fez nenhum comunicado justificando o motivo. Comunica também que o problema é recorrente desde 2015. Encerramento: Finalizada a pauta e nada mais havendo a tratar, a Presidente Maria Iolanda de Oliveira agradeceu a presença dos Conselheiros e demais presentes e encerrou a reunião. A presente Ata foi redigida pela secretária do CMDPI, que após lida e aprovada será assinado pelos Conselheiros e presentes nesta Reunião.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Ata nº 45, de 18/07/16 CMDPI

Aos dezoito dias do mês de julho de dois mil e dezesseis, às quatorze horas e quinze minutos, realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, do município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, na Sala de Reuniões do CMDPI, sito a Rua Joaquim Nabuco nº 59, sob a convocação da Presidente Sra. Maria Iolanda de Oliveira. Fizeram-se

presentes os seguintes conselheiros: **Conselheiros titulares governamentais:** Thais do Prado Dias Verillo (Secretaria Municipal de Assistência Social); Dinalce Candido Cordeiro (Secretaria Municipal de Educação); Vanduiria Arcoverde da Silva (Secretaria Municipal de Administração); Alfredo Mourão de Andrade (Fundação Municipal de Cultura); Maria de Fátima Fiebig (Fundação Municipal PROAMOR); Maria Iolanda de Oliveira (Universidade Estadual de Ponta Grossa); Rosane Aparecida dos Anjos (Instituto Nacional de Seguro Social INSS). **Conselheiros Governamentais Suplentes:** Hyara Ferreira (Secretaria Municipal de Assistência Social); Marlene Stelle (Fundação Municipal Proamor). **Conselheiros não governamentais titulares:** Armando Madalosso Vieira, Oni Cirino da Cunha e Luiz Carlos Pedroso (Representantes de Instituições de Longa Permanência para Idosos); Renato de Souza Rodrigues e Antonio Gerson de Lima (representante dos usuários); Adrians Galdino da Silva Junior, Marisa Pereira de Camargo, Gilberto Brunoski e Moisés Almeida (Representantes das Entidades não Governamentais que desenvolvem ações de proteção, promoção, defesa e atendimento à Pessoa Idosa). **Conselheiros não governamentais no exercício da titularidade:** Vera Lucia dos Santos Pereira (Representante dos Trabalhadores Registrados nos Conselhos de Classe). **Conselheiros não governamentais suplentes:** Luci Teixeira Biscaia (Representante de Instituições de Longa Permanência para Idosos), Edna Gonçalves dos Santos e Lorenli Severino (Representantes das Entidades não Governamentais que desenvolvem ações de proteção, promoção, defesa e atendimento à Pessoa Idosa). Registramos as presenças de: Lisete de Fátima Lack Nunes (Secretária Executiva) e Carla Salles Rosa (Coordenadora Técnica do CMDPI). Registramos a presença da Assistente Social Consuelo Szczepa Lopes e Vinicius Iran Barboza (Ministério Público) e Luiz Carlos Gorchinski. Justificadas as ausências de Rita de Cássia da Silva Oliveira e Maysa Nuernberg V. Costa. **Abertura:** A Presidente Maria Iolanda iniciou a reunião agradecendo a presença de todos os conselheiros titulares, suplentes e convidados. Na pauta enviada consta a aprovação da ata do mês de junho, relato das Comissões e informes gerais. Aprovada a pauta, a presidente colocou em discussão a ata nº 44 da reunião de 20 de junho de 2016, não ocorrendo nenhuma manifestação a respeito da ata, a presidente apresentou várias sugestões para alteração no texto e indagou se todos estão de acordo com as alterações propostas. A assistente social Carla colocou que tem a preocupação com a manutenção da essência da fala dos conselheiros, procurando nunca alterar o sentido colocando palavras que não foram ditas. A conselheira Vanduiria sugeriu que a fala seja transcrita utilizando o termo "SIC". A conselheira Rosane colocou que o importante é visualizar se a forma escrita expressa o sentido da fala da pessoa. A presidente Maria Iolanda colocou que as modificações propostas não alteram a mensagem e que as atas são documentos oficiais, por isso, necessitam estar em perfeitas condições, lembrou que precisamos nos apropriar de termos e conceitos para que, como conselheiros, melhorem nosso vocabulário. A redação das atas precisa ser mais explícita, mais organizada, pois este documento vai para órgãos superiores e se as atas estiverem com falas erradas corre risco de ser interpretada de forma errada e o trabalho do Conselho ser interpretado de uma forma equivocada. O ideal seria que cada conselheiro ao receber a ata conferisse suas falas vendo se a forma como foi relatada está correta porque, às vezes, a forma que vem do relato do conselheiro não tem sentido nenhum. Após ampla discussão sobre o assunto, permaneceu a indicação que a leitura da ata seja feita por cada conselheiro para identificar se a redação expressa realmente o sentido das falas. O conselheiro Adrians colocou que há a necessidade de convencionar um padrão, se quem faz a redação da ata fará uso da hermenêutica ou será mantida a fala da forma original. A presidente Maria Iolanda colocou em votação as duas propostas: da conselheira Vanduiria que propõe manter a fala original e a proposta do conselheiro Adrians em convencionar o uso da hermenêutica. Ao final da votação, houve 5 votos acompanhando a conselheira Vanduiria e para a proposta de adequação das falas, 8 votos. Apresentação da justificativa de ausência da conselheira Rita, que não pode comparecer por atividade profissional, justificativa de ausência da conselheira Maysa por motivo de atividade profissional, assim a conselheira Vera Lúcia exerce a titularidade nesta reunião. A presidente Maria Iolanda solicitou ao conselheiro Pedroso para cronometrar a reunião respeitando a previsão de término às dezesseis horas. Na sequência da pauta, foi apresentado o relato da Comissão de Comunicação. O conselheiro Alfredo comunicou que foi protocolado o projeto básico para aquisição de material de divulgação, como banners, folders e cartazes para utilização em eventos deste Conselho. Comunicado que será encaminhado ofício ao Secretário de Assistência Social solicitando procedimentos junto a Prefeitura sobre o processo licitatório da Campanha de Sensibilização e Mobilização do Envelhecimento. Após estes procedimentos burocráticos, a Comissão vai retomar o estudo da Campanha, para tanto, serão convocadas as outras comissões objetivando a troca de ideias dentro dos três temas que serão abordados na Campanha (direitos, violência e qualidade de vida). O conselheiro Alfredo comentou que a Comissão está desejando que a Campanha esteja pronta para ser executada até o final do ano, até mesmo porque não envolve as restrições eleitorais e não é recurso do município, então, não há nenhum impedimento. Quanto a comemoração do Dia da Pessoa Idosa, a Comissão está iniciando a preparação de ações com vários setores entre os meses de Setembro e Outubro, já ocorreu uma sondagem na mídia televisiva da possibilidade de inserções gratuitas, mas serão repassadas mais informações a este respeito na próxima reunião. Conselheiro Adrians colocou que é importante que as atividades que ocorrerão em setembro e outubro em comemoração ao Dia do Idoso sejam formalizadas. Presidente Maria Iolanda lembrou que a Comissão precisa fazer o chamamento das Instituições e Entidades que estão planejando ações para a Semana Municipal do Idoso e para o Dia Nacional do Idoso a fim de "juntar forças" com o CMDPI visando a divulgação destas atividades, lembrou que havia no âmbito do estado do Paraná um movimento chamado Move Paraná que coletava todas as informações dos municípios das ações referentes a este dia para realizar a divulgação prévia. Conselheiro Alfredo comentou que esta união vai fortalecer as ações porque muita coisa acontece sem conhecimento prévio. Relato da Comissão de Orçamento, Financiamento e Fundo: conselheiro Armando relatou que a Comissão recebeu uma correspondência do Asilo São Vicente de Paulo solicitando o remanejamento da verba de adaptação do veículo para a aquisição do mesmo, a solicitação foi indeferida porque foi realizada após a execução das despesas e pelas normas do Tribunal de Contas não há esta possibilidade. Comunicado o recebimento de solicitação de prorrogação do prazo do convênio (construção) da Casa do Idoso Paulo de Tarso com vencimento em 23 de agosto, a Comissão foi de parecer favorável a prorrogação para mais 12 meses. A respeito do processo de aquisição do veículo do CMDPI o conselheiro Armando informou que o pregão eletrônico ocorreu na sexta-feira (dia 15) constando que a empresa Cipauto venceu o pregão, comentou que, provavelmente, o carro não está dentro das especificações previstas porque a empresa vencedora não tem veículo com portas laterais corredeiras. A presidente Maria Iolanda solicitou a verificação da possibilidade da empresa que venceu o pregão entregar o produto conforme as especificações. O conselheiro Armando disse que é difícil porque a empresa não tem o veículo como colocado nas especificações. Finalizando, foi informado que será repassado às Entidades que adquiriram os veículos com recurso do Fundo o modelo de adesivo para o carro. Relato da Comissão de Políticas Públicas. A conselheira Vanduiria relatou que a Comissão realizou a reunião com o Asilo São Vicente de Paulo apresentando todas as etapas do processo, do papel do CMDPI até as denúncias. A reunião foi positiva e bastante esclarecedora, concluiu-se que há necessidade de algumas mudanças, foi estabelecido o prazo de 60 dias para que o Asilo reveja algumas questões. Para este trabalho ocorreram 8 reuniões, agora ocorrerão as reuniões com a Comissão de Normas sobre a denúncia do transporte. A Comissão pretende retomar as respostas dos ofícios sobre as ações de atendimento ao idoso e finalizar com o envio de cópia do relatório para cada Instituição, as reuniões serão dia 19 e 20 de julho. A Comissão pretende concluir estes dois trabalhos até meados de agosto. A presidente Maria Iolanda solicitou que a Comissão Especial encaminhe um e-mail para as pessoas envolvidas lembrando a reunião do dia 20. Foi solicitado que retorne para a Lisete as convocações e cancelamentos destas reuniões, porque está ocorrendo desencontros nas informações. Conselheiro Adrians falou que isto não é função da Lisete e que os coordenadores das comissões têm esta função. A presidente também colocou que este agendamento não é função da Lisete e sim dos coordenadores das comissões, mesmo que a Lisete fizesse os agendamentos, caberia aos coordenadores avisar as comissões, acredita que deve permanecer o coordenador fazendo as convocações diretamente com os membros da sua comissão e solicitou que para cada coordenador faça essa comunicação por e-mail buscando avisar a todos. Na continuidade da exposição do relato da Comissão de Políticas Públicas, a conselheira Vanduiria esclareceu que o trabalho em relação a denúncia realizada pelo Sr. Luiz Carlos

Gorchinski ainda não foi concluído, as duas Comissões vão apresentar os pareceres, as conclusões e sugestões, após a conclusão das comissões fica aberto para discussão. Sr. Luiz Gorchinski questionou se poderia participar da reunião da Comissão. Foi comunicado que as reuniões de Comissão são sigilosas e após a conclusão do trabalho, este será exposto para discussão. O Sr. Gorchinski indagou porque tem que haver sigilo para discutir os direitos dos idosos. Foi esclarecido para o mesmo que não é questão de sigilo, que o funcionamento interno do Conselho é por meio de comissões e como a conselheira Vanduiria explicou, este assunto está em trâmite, a Comissão fará reunião ainda nessa semana, seguindo o parecer para a plenária. Quanto ao questionamento do Sr. Luiz Gorchinski, foi esclarecido que a comissão pode sim, havendo pertinência, chamá-lo para esclarecimentos sobre a denúncia apresentada. Quanto a participação do conselheiro Pedroso nessa comissão especial, conforme solicitado pelo mesmo, foi esclarecido que a definição dos membros foi realizada em plenária e a não ser que no futuro a comissão especial requeira mais conselheiros poderá haver a possibilidade. Como próximo item foi chamado o relato da Comissão de Normas e Fiscalização. O conselheiro Adrians solicitou permissão para realizar a leitura da sua carta de renúncia como coordenador da Comissão de Normas e Fiscalização. Após a leitura, a presidente indagou se a renúncia era apenas da coordenação ou da Comissão também. O conselheiro Adrians esclareceu que apenas da coordenação e que continuaria fazendo parte da Comissão. A presidente Maria Iolanda deixou a cargo da Comissão a escolha do novo coordenador e que na próxima reunião realizem o informe, agradeceu o trabalho que o conselheiro Adrians realizou junto a Comissão e ao aprendizado que ele proporcionou. Na sequência, o conselheiro Adrians fez o relato da Comissão com os seguintes assuntos: Casa do Idoso Paraíso, Casa do Idoso Santa Paula, inscrições e reinscrições. A Casa do Idoso Santa Paula foi visitada em 29/06/2016 pelos Conselheiros Oni, Pedroso, Thais e Marisa, faz parte dos CECONS, verificou-se que não desenvolve atividades referentes aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, usa o espaço público com bailes para a comunidade nos sábados à tarde com venda de bebida, possui renda mensal de R\$ 19.000,00 e não sabem dizer quais os acompanhamentos realizados pelo Departamento do Idoso. O encaminhamento da Comissão foi solicitar o Estatuto da Entidade, realizar uma recomendação administrativa e solicitar informações do Departamento do Idoso sobre a cessão do prédio e comunicar à Vigilância Sanitária para visita normativa. O conselheiro Adrians relatou a visita realizada na Casa do Idoso Paraíso (denúncia do Ministério Público): "é uma casa localizada na Rua Antonio Malaquias, a qual não cumpre com os mínimos necessários para o cumprimento das atividades com a pessoa idosa, não respeita nem a Resolução Nº283 da Anvisa e tão pouco os artigos 54,55 e 72 do Estatuto do Idoso que rege o funcionamento das Casas de Atendimento a Idosos. Havia uma pessoa idosa abrigada na Casa no valor de R\$1.300,00 mensal, o espaço é insalubre, sem nenhum equipamento técnico e sem nenhum técnico de referência. O encaminhamento foi realocar o idoso e recomendação administrativa de fechamento, visto que não tem liberação da Vigilância Sanitária. As reinscrições e inscrições das entidades estão acontecendo, devemos reforçar as informações para as Instituições que ainda não foram previamente comunicadas. A Longevis já mandou e a Casa São José essa semana está plenamente habilitada, recebendo alvará da Prefeitura e alvará da Vigilância Sanitária Municipal, logo poderá se inscrever regularmente nesse Conselho. Quanto a denúncia referente ao Departamento do Idoso, foi marcada a reunião para 14/07, todavia fora cancelada, porque a Comissão terá que deliberar novamente. Quanto a questão do Centro Dia que foi discutida dentro do projeto de reestruturação da Secretaria Municipal de Assistência Social, o Conselho de Assistência aprovou a reestruturação e em tempo o projeto será enviado para o CMDPI. Quanto ao ofício para responder a Sra. Volodimir Kozinski, houve um erro da parte do conselheiro, achou que tinha respondido junto ao CREA e não respondeu, já preparou a resposta e enviará esta semana. A presidente Maria Iolanda indagou se o Projeto do Centro Dia será encaminhado para o CMDPI avaliar. O conselheiro Adrians respondeu que somente depois da aprovação da Lei, a qual ainda tem que tramitar, a Lei não é para a criação do Centro Dia e sim reestruturação da SMAS de acordo com o SUAS, este ato será necessário para o pacto de aprimoramento da gestão, até 2017. A presidente Maria Iolanda indagou se a Lei de reestruturação da SMAS vem com uma proposição de transformação da Fundação em Centro Dia e, no seu entendimento, antes do projeto de Lei ser encaminhado é preciso que o CMDPI realize a avaliação. O conselheiro Adrians esclareceu que o projeto obedece a minuta da Lei Nacional e que o CMDPI terá que discutir depois. A presidente argumentou que mesmo respeitando uma lei nacional, o CMDPI precisa conhecer previamente, porque haverá questões que o Conselho pode não concordar ou que possa fazer alguma alteração. O conselheiro Adrians esclareceu que não é competência do CMDPI legislar sobre a Política de Assistência. A presidente afirmou saber que não é, mas colocou que o CMDPI precisa conhecer o projeto da Lei, porque, a princípio, não concorda com a transformação da Fundação em Centro Dia. Após discussão, ficou decidido que será solicitado, via ofício para a SMAS, o projeto da Lei de reestruturação da Secretaria, para que o CMDPI possa fazer uma avaliação sobre o Centro Dia, tendo como respaldo a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso em conjunto com a Política de Assistência. Como próximo item da pauta foi apresentado os informes gerais: a solicitação de alteração da nomenclatura de Conselho Municipal dos Direitos do Idoso para Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa está tramitando na Câmara, mensagem número 56/2016, já com a concordância de alguns vereadores e presidentes de comissões. Em relação a lei Nº12.437 que instituiu a Semana Municipal do Idoso, no âmbito do Município, foi enviado um ofício solicitando algumas alterações como: alteração do nome para Semana Municipal da Pessoa Idosa; alteração para que seja realizada anualmente na primeira semana do mês de outubro; nova redação em relação a homenagem às instituições ou pessoas que se destacam na proteção, promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa no município de Ponta Grossa e supressão dos incisos 2 e 6, estas solicitações foram contempladas na nova legislação que está tramitando na Câmara. Estará acontecendo entre 04 e 07 de outubro de 2016 o 6º LARNA e 2º Congresso Abrunati, será um congresso internacional promovido pela UATI, da UEFG, é um congresso latino americano em conjunto com a Associação Brasileira das Universidades Abertas da 3ª Idade, cujo tema é Políticas, Diversidade e Empoderamento do Idoso no Contexto Atual. A presidente solicitou que os Conselheiros retomem a leitura do Plano de Trabalho do Conselho e verifiquem se está sendo contemplado o trabalho que foi proposto para cada comissão, como por exemplo: Comissão de Políticas Públicas realização de capacitação para conselheiros e profissionais da área; Comissão do Fundo realização da campanha de encaminhamentos em relação a aquisição de equipamentos. A presidente comentou que entende que as visitas institucionais e as demandas do Ministério Público são importantes, mas tem um plano de trabalho a ser cumprido até o final dessa gestão. A proposta do plano de trabalho foi exatamente essa, auxiliar as Comissões na condução dos trabalhos para que se possa fazer a gestão adequada do Conselho. Chamou a atenção também para que este Plano de Trabalho seja articulado com as deliberações da Conferência Municipal da Pessoa Idosa, que devem ser tratadas como prioridades. A presidente agradeceu aos conselheiros que fazem parte da Comissão de Normas e Fiscalização e Políticas Públicas pelo bom trabalho que desenvolveram na análise das denúncias, da documentação, metodologia utilizada e forma de condução da reunião. O Sr. Luiz Carlos Gorchinski questionou sobre como fica a situação dos idosos que estão sendo obrigados a ir nos CRAS realizar o CadÚnico, o qual está sendo agendado para outubro. Conselheira Hyara informou que, por enquanto, os idosos terão que se cadastrar até o CMDPI concluir o trabalho sobre esta questão, disse que o Senhor Luiz Carlos foi chamado pela Comissão de Normas e Fiscalização, foi ouvido, foram esclarecidos os pontos que havia dúvidas, agora a documentação será analisada, estudada, tem que dar tempo para que a Comissão possa trabalhar e concluir essa questão. Este direito do idoso está sendo garantido a partir do momento que o Conselho acatou a denúncia e está fazendo um estudo diante disso. O conselheiro Armando colocou que o CMDPI não tem poder de polícia, não legisla sobre a questão, se o senhor Gorchinski quiser procurar uma ação imediata tem que recorrer a justiça, Ministério Público ou Juízo Estadual e denunciar a Prefeitura, o Conselho vai se manifestar informando ao Poder Público quais as providências que devem ser tomadas e não adianta tentar apressar as coisas que não vai resolver. A conselheira Rosane informou que o Serviço Social da Previdência Social começou um debate interno sobre o desmonte da mesma, hoje não é mais um Ministério, mas uma Secretaria, não é só uma questão de nome, mas orçamento. Colocou que sentiram a necessidade de chamar a sociedade civil organizada para a ampliação deste debate, para tanto, estão organizando um seminário a ser realizado no dia 03 de setembro, todas as lideranças e formadores de opinião estão sendo convidados para participar. A

proposta para o seminário é dois palestrantes - Marcio Pochmann e Eduardo Fanhani que discutem criticamente a política da Previdência Social e o orçamento. Para o período da tarde, haverá um espaço de proposição e de enfrentamento a isso que está posto. Esta proposta não está sendo feita de maneira isolada, individual, estão chamando todo o movimento organizado da sociedade, os conselhos de direitos, os movimentos da Igreja. O que se divulga em todos os meios de comunicação é que a Previdência está quebrada e se retoma a economia cortando direitos, isso encontra ressonância nas pessoas. O idoso não tem garantia que terá minimamente uma aposentadoria, nada mais pode ser pactuado, por isso é importante todos participarem do seminário. A presidente solicitou que assim que estiver formalizado o seminário a conselheira Rosane passe para a Lisete para socializar com os conselheiros. Conselheiro Adriani informou que foi pactuada a Lei da Empresa Solidária, que é uma forma de cooperar com as entidades socioassistenciais, há alguns questionamentos sobre sua pertinência, mas a lei foi lançada e quem tiver interesse é só entrar no site da Prefeitura para ver o Decreto chamado Empresa Solidária, pode ser destinado até 60% do valor do convênio daquela empresa para a entidade em questão. **Encerramento:** Finalizada a pauta e nada mais havendo a tratar, a Presidente Maria Iolanda de Oliveira agradeceu a presença dos Conselheiros e demais presentes e encerrou a reunião às dezesseis horas. A presente Ata foi redigida pela secretaria do CMDPI, que após lida e aprovada será assinada pelos presentes nesta Reunião.

ATA REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – CGP DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

O Conselho Gestor de Parceria Público-Privada – CGP do Município de Ponta Grossa reuniu no dia vinte e um de novembro de dois mil e dezesseis, na Sala de Reuniões do Gabinete do Prefeito para deliberar sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse do Mercado Municipal, decidiu em APROVAR os estudos técnicos apresentados pela empresa TEKLA ENGENHARIA LTDA, após análise de sua documentação com base no item 9 do Procedimento de Manifestação de Interesse PMI CGP nº 001/2016. Foram analisados os Critérios Técnicos pertinentes ao objeto da PMI sendo observada as diretrizes, premissas e exigências definidas pelo CGP no Procedimento de Manifestação de Interesse; a consistência, coerência e verossimilhança das informações e dados que subsidiaram a realização dos Estudos; a qualidade e o mérito técnico das conclusões e propostas apresentadas pela Empresa Tekla Engenharia Ltda, com adoção das melhores técnicas de elaboração, segundo normas e procedimentos científicos pertinentes; a compatibilidade com a legislação aplicável ao setor e com as normas emitidas pelos órgãos e pelas entidades competentes e o impacto socioeconômico da proposta para a gestão do Mercado Municipal de Ponta Grossa/PR; além da demonstração comparativa de custo e benefício da proposta do empreendimento em relação a opções potencialmente equivalentes; o adequado e razoável dimensionamento do Projeto, compatível com as necessidades e possibilidades do Município; e por fim o critério econômico, sendo apresentado o valor reembolso, por Área.

Ao analisar os estudos, constatada a necessidade de serem dispendidos R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) num prazo de concessão de 35 (trinta e cinco) anos, proposto pela Empresa Tekla Ltda tal prazo de concessão para conseguir arcar com os custos referentes ao Projeto e obterem vantagem pecuniária satisfatória para o grau de investimento, valores definidos na obrigação da Lei Municipal 11.995/2014 (Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas no Município de Ponta Grossa), a qual estabelece em seu Art. 17, § 1º, a vedação de celebração de parcerias público-privada cujo valor anual do contrato seja inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Desse modo, precisando haver envolvimento de contraprestação pecuniária ao parceiro privado para existir a Parceria Público-Privada, para não recair a uma simples concessão comum, o Conselho Gestor de Parceria Público-Privada – CGP do Município de Ponta Grossa opina pela aprovação dos Estudos Técnicos a PMI nº 001/2016, no entanto, também opina pela inviabilidade de procedimento licitatório para uma PPP do Mercado Municipal de Ponta Grossa, sendo viável uma outra forma de procedimento licitatório para concretizar o objeto da PMI nº 001/2016. Nada mais constando, a reunião foi encerrada.

MARCELO RANGEL CRUZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Presidente do Conselho Gestor das Parcerias público-privadas do Município de Ponta Grossa

PAULO EDUARDO OLIVEIRA DE BARROS

Diretor Executivo do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa – IPLAN

CIRO MACEDO RIBAS JUNIOR

Secretário Municipal de Planejamento

RICARDO LUIZ TORQUATO DE LINHARES

Secretária Municipal de Administração

MARCUS VINICIUS FREITAS DOS SANTOS

Secretário Municipal de Governo

ODAILTON JOSÉ MOREIRA DE SOUZA

Secretário Municipal de Gestão Financeira

PAULO HENRIQUE CARBONAR

Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Qualificação Profissional

CÂMARA MUNICIPAL

DIVERSOS

MESA EXECUTIVA

ATO Nº 147/2016

A MESA EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE

Exonerar, a partir do dia 31 de dezembro de 2016, os servidores abaixo-relacionados dos respectivos empregos públicos em comissão:

NOME	CIRG	FUNÇÃO
ANTONIO CARLOS FREITAS DE SOUZA	7.147.858-0/PR	Chefe de Gabinete Parlamentar
ARIETE DE FÁTIMA RISSETTI DENCK	2.005.350-0/PR	Chefe de Gabinete Parlamentar
DELKER DANIELE DE QUADROS GRESKIV	8.114.700-0/PR	Chefe de Gabinete Parlamentar
DEUSIMAR MORO DO NASCIMENTO	8.810.808-6/PR	Chefe de Gabinete Parlamentar
ELCIO BARBOSA DOS SANTOS	8.486.291-6/PR	Chefe de Gabinete Parlamentar
JOSÉ LAURY SEDLAK	832.787/PR	Chefe de Gabinete Parlamentar
JOSÉ LUIZ SOARES	979.248-1/PR	Chefe de Gabinete Parlamentar
JORGE FERNANDES MONTEIRO	3.625.539-0/PR	Chefe de Gabinete Parlamentar
JOVANY DO ROCIO KISSILEVICZ	5.971.640-9/PR	Chefe de Gabinete Parlamentar
LOURIVAL RIBAS FILHO	627.337-8/PR	Chefe de Gabinete Parlamentar
LUCAS SILVESTRE BORGES	8.481.840-2/PR	Chefe de Gabinete Parlamentar
PRISCILA PAULIKI SOLEK	6.386.842-6/PR	Chefe de Gabinete Parlamentar
THAIS CRTISTINA URBANO	5.205.154-1/PR	Chefe de Gabinete Parlamentar
THIAGO ROMUALDO SANTOS	12.573.433-2/PR	Chefe de Gabinete Parlamentar
ALBERTO INACIO DA SILVA	4.905.123-9/PR	Assessor Parlamentar I

ARI LOPES RODRIGUES	5.083.123-PR	Assessor Parlamentar I
CRISTINA PIETROBELLI DELINESKI	8.424.582-8/PR	Assessor Parlamentar I
FELINTON CHRESTANI	7.074.323-0/PR	Assessor Parlamentar I
FRANCIELE DO CARMOS DE PAULA	10.220.530-8/PR	Assessor Parlamentar I
IRAN FERREIRA DE MELLO	3.920.081-3/PR	Assessor Parlamentar I
JOSÉ ANTUNES	2.024.148/PR	Assessor Parlamentar I
JULIANA DE JESUS MACIEL	5.940.097-5/PR	Assessor Parlamentar I
KAUTER MICHAEL PRADO	10.462.463-4/PR	Assessor Parlamentar I
MATHEUS MENDANHA CRUZ	13.761.570-3/PR	Assessor Parlamentar I
ROBERSON STANISLAWCZUK GRANDE	5.278.675-4/PR	Assessor Parlamentar I
SIDNEI KICHILESKI	7762141-5/PR	Assessor Parlamentar I
VALDECIR ZOLETTE	4.200.324-7/PR	Assessor Parlamentar I
ANDREZA RAFAELA NEVES	13.225.817-1/PR	Assessor Parlamentar II
AUGUSTO HULAK	9.290.232-3/PR	Assessor Parlamentar II
BEATRIZ APARECIDA SANTOS	6.086.673-2/PR	Assessor Parlamentar II
CELSO VIEIRA DOS SANTOS	4.389.800-0/PR	Assessor Parlamentar II
DENISE BATISTA SUPLANO	11.103.480-0/PR	Assessor Parlamentar II
FABIO LUIZ OLIVEIRA	10.848.453-5/PR	Assessor Parlamentar II
GIGLIANE CAETANO	7.599.488-5/PR	Assessor Parlamentar II
JOSÉ CARLOS WOELLNER	4.082.387-3/PR	Assessor Parlamentar II
LANA DE CÁSSIA FERREIRA	8.488.030-2/PR	Assessor Parlamentar II
MICHELE APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS	10.562.903-6/PR	Assessor Parlamentar II
PATRICK MARIANO LACERDA	13.136.251-0/PR	Assessor Parlamentar II
WILSON BECHER	551.814-8/PR	Assessor Parlamentar II
WESLEY ALVES	9.781.869-0/PR	Assessor Parlamentar II

Ponta Grossa, em 13 de dezembro de 2016.

Ver. SEBASTIÃO MAINARDES JUNIOR

Presidente

Ver. PIETRO ARNAUD SANTOS DA SILVA

Vice-Presidente

Ver. JORGE RODRIGUES MAGALHÃES

Primeiro Secretário

Ver. ALTAIR NUNES MACHADO

Segundo-Secretário

Ver. JOSÉ NILSON RIBEIRO

Terceiro-Secretário

